

**“Ser Tapuia é ser construtor do ser Tapuia”¹ – Posturas sociolinguísticas
decoloniais²**

**“To be Tapuia is to be constructor of the Tapuia people” – Decolonial
sociolinguistics postures**

Ana Elizabete Barreira Machado³

Universidade Federal do Goiás

Resumo: Este artigo parte do pressuposto da Sociolinguística Crítica, de Calvet (2012), de que o objeto de estudo da linguística é a comunidade social sob seu aspecto linguístico. O Povo Tapuia é um dos povos indígenas de Goiás, remanescentes do Aldeamento Pedro III ou Carretão, que foi estabelecido em meados do século XVIII e depois abandonado pelo Estado brasileiro. Entretanto, os remanescentes, descendentes de Xavante, Kayapó, Karajá, negros e brancos, permaneceram no território e são hoje o Povo Tapuia do Carretão. Ao longo de todo o processo de demarcação de terras os Tapuia tiveram sua identidade indígena questionada por grupos externos, principalmente pelo fator linguístico, por serem considerados falantes de português. Entendemos que a *imagem de controle* (Collins, 2000) imposta aos indígenas brasileiros possibilita a manutenção da colonialidade (Quijano, 1992), inclusive na ciência. A questão problema é: num contexto de imposição da imagem de controle do indígena brasileiro, caracterizada também pela língua, o Povo Tapuia do Carretão responde (coletiva, consciente e politicamente) – a essas respostas chamamos *posturas sociolinguísticas* – desnaturalizando essas imagens de controle e criando novas formas de *ser* indígena e novas formas de *saber* língua. Nosso objetivo neste artigo é discutir as posturas sociolinguísticas do Povo Tapuia do Carretão diante da imagem de controle imposta a elas e eles, viabilizando o debate da decolonização da Sociolinguística. A metodologia é de interpretação de textos (Geertz, 2008), que compreendemos como localizados nos períodos quando essa imposição da imagem de controle foi exposta ao Tapuia.

Palavras-chave: Povo Tapuia do Carretão; Posturas sociolinguísticas; Decolonialidade; Imagens de controle; Sociolinguística Decolonial.

Abstract: This article is grounded in the assumption from Calvet’s Critical Sociolinguistics (2012), that linguistics object of study is the social community in its linguistic aspect. Tapuia people are one of the indigenous people from Goiás, remaining from the Aldeamento Pedro III or Carretão, which was established in the mid-eighteenth century and later was abandoned by the Brazilian State. However, Xavante, Kayapó, Karajá, Black and Caucasian remaining descendants stayed in the territory and they are now the Tapuia people of Carretão. Throughout the process of land demarcation, the Tapuia people had their indigenous identity questioned by outside groups, especially about the language factor, as they were considered Portuguese speakers. We understand that the *controlling images* (Collins, 2000) imposed on Brazilian’ Indigenous allows the maintenance of coloniality (Quijano, 1992), even in our science. The issue question is: within a context of imposition of Brazilian Indigenous’ controlling image, also characterized by language,

¹ Frase enunciada pelo professor Márcio Tapuia, em 2012, em uma discussão sobre a elaboração do projeto pedagógico da escola da Escola Estadual Indígena Cacique José Borges, na Terra Indígena Carretão, do Povo Tapuia.

² Este artigo é um dos produtos da pesquisa de mestrado “Posturas sociolinguísticas decoloniais do Povo Tapuia do Carretão”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, em 2016, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Tânia Ferreira Rezende.

³ Mestre em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás. E-mail: anabarreiramachado@gmail.com

Tapuia people from Carretão answer (collective, conscious and politically), – we considered their answers *sociolinguistic postures* – denaturalizing these controlling images and creating new ways of *being* indigenous, and new as ways to *know* language. Our goal in this article is to discuss the sociolinguistic positions of the Tapuia People from Carretão in face of the control image imposed on them, making possible the decolonization debate of Sociolinguistics. The methodology is texts interpretation (Geertz, 2008), analyzing texts localized in periods when such controlling image imposition was exposed to the Tapuia People.

Key-words: Tapuia of Carretão; Sociolinguistic posture; Decoloniality; Controlling images; Decolonial Sociolinguistic.

Recebido em 11 de novembro de 2017.

Aprovado em 10 de março de 2018.

Introdução

De início, para desenvolver as discussões propostas, entendemos que a realidade é um constructo (SILVA, 2010), e essa construção (como bem discutiram os filósofos pós *virada linguística*) vem sendo feita através da língua/linguagem/discurso. Nossa concepção é que *língua é prática* de des/re/construção da realidade (BERGER; LUCKMANN, 2014; BAKHTIN, 2009, 2011), *língua é prática e participação política e social* (HANKS, 2008), para além das estruturas linguísticas, sem prescindir delas.

Sabe-se que na formação da Modernidade, quando da fundação das nações, a língua foi um dos elementos fundamentais para a elaboração das identidades nacionais. Quando falamos em língua, estamos falando de identidades, historicamente estabelecidas, que foram construídas, ao longo da modernidade como *identidades nacionais*. As identidades nacionais dos povos colonizados estão baseadas também na sua racialização e na hierarquização dessa racialização (QUIJANO, 2010), e para que isso ocorresse foram estabelecidas *imagens de controle* (COLLINS, 2000) sobre os diferentes povos e as diferentes individualidades das pessoas.

O conceito *imagens de controle* surge no contexto do feminismo negro estadunidense, conforme Patricia Hill Collins (2000), em sua problematização do lugar da mulher negra na sociedade dos EUA. Para o nosso trabalho, dilatamos esse conceito e o adaptamos ao contexto indígena brasileiro. Assim, nesta discussão, *imagens de controle* são estereótipos impostos a um determinado grupo racial com o objetivo de mantê-lo subalternizado na hierarquização social. Essas imagens de controle vão sendo naturalizadas ao longo do processo histórico desse grupo e são mantidas pelos grupos que se interessam nessa subalternização. Entretanto, por serem naturalizadas, elas se tornam inconscientes, para o grupo social como um todo.

Nossa perspectiva neste artigo é que a discussão identitária, tão em voga nas teorias e lutas eurocentradas, seja ela na perspectiva nacional (colonial), seja ela nas perspectivas das individualidades, também precisa ser decolonizada. Entendemos que umas das estratégias de *decolonizar* é o processo de desnaturalizar a hierarquização social feita através da racialização (QUIJANO, 2010), herança do processo colonial histórico, que ainda hoje é presente em nossas formas de ser e de fazer ciência, e que Quijano (1992) denomina de colonialidade.

Concordamos com Catherine Walsh (2009) quando ela relaciona *decolonizar* como o processo de “romper as correntes que ainda estão nas mentes, como dizia o intelectual afrocolombiano Manuel Zapata Olivella”, “desescravizar as mentes, como dizia Malcolm X”, e “desaprender o aprendido para voltar a aprender, como argumenta o avô do movimento afroequatoriano Juan García.”, e ainda, “um trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade.” (WALSH, 2009, p. 24).

São parte importante da discussão identitária questões linguísticas, por isso se faz necessário repensar o fazer linguístico de forma decolonial. A modernidade-colonialidade (QUIJANO, 1992), constituída nos últimos séculos, estabeleceu como fundamental para a formação das nações o fator linguístico: para ser uma nação é preciso ter uma língua. Dessa lógica nasce o mito do monolinguismo: uma nação uma língua. Entretanto (e por isso chamamos de “mito”), os diferentes povos que viviam/vivem sob um mesmo território marcado moderno-colonialmente têm diferentes línguas e diferentes práticas linguísticas.

As identidades latino-americanas (para ter uma fórmula generalizante), incluindo suas características linguísticas, são mais do que aquilo que o padrão colonial apontou como importante. Destas identidades, vamos tratar dos povos indígenas brasileiros, especificamente de um, o Povo Tapuia do Carretão. Para isso, nos perguntamos: *Ser indígena* pode ser aquilo que os próprios indígenas afirmam ser? Ou será que o Outro será sempre o que o *Um* (europeu ou o branco nacional) diz que é ou que não é?

A *imagem de controle* sobre os índios no Brasil está determinada por algumas características, dentre elas: para ser índio é preciso ter construção circular de suas casas, é preciso viver na mata caçando e pescando, é preciso ter danças e adornos exóticos para o *não índio*, é preciso ter um fenótipo de *pele vermelha e olho puxado*, e é fundamental também que fale em uma língua incompreensível à língua-padrão colonial/nacional. Daí

surgem, ainda nos dias atuais, questões de identificação e identidade de determinados grupos para se autorizar que sejam ou não indígenas (MACHADO, 2016).

Este artigo traz à discussão um tema e uma interpretação sobre uma das questões indígenas brasileiras, a partir de uma Sociolinguística que busca entender além da língua, as comunidades sociais em seus aspectos linguísticos (CALVET, 2012) e em suas tensões identitárias e políticas. A questão em tema são as *Posturas Sociolinguísticas* de um dos povos indígenas de Goiás. Nessas, o povo afirma e positiva sua identidade para além dos padrões *norteados/norteadores*. O Povo Tapuia do Carretão ao ter sua identidade indígena negada, a partir de *imagens de controle* sobre a língua, impostas pelo padrão colonial (que se mantêm como nacional), confronta essa negação construindo novas formas de *ser* indígena e de *saber* língua(s).

Posturas sociolinguísticas são posicionamentos e estratégias políticas de um determinado grupo, que são coletivas, conscientes e em posição responsiva, em relação a alguma questão sociolinguística desse grupo (MACHADO, 2016). Essas posturas podem ser decoloniais, isto é, desnaturalizar processos e relações hierarquizadas racialmente e estabelecidas como naturais, em relação às línguas subalternizadas.

Para o estabelecimento do mito do monolinguismo foi necessário apagar muitas línguas, de diversas formas, mas foi necessário também dizer o que era e o que não era língua, e através disso construir uma imagem de controle sobre esses “diferentes” para que servissem ao projeto de origem da nação. Os indígenas serviram como mito de origem da nação brasileira. E a imagem de controle criada sobre esses diferentes povos, ainda hoje pode ser usada para hierarquizar, deslegitimar os povos indígenas que lutam por suas vidas e autoderminações.

Entretanto, no contínuo dialógico, a imposição dessas imagens de controle não é dada no vácuo, há respostas, posições responsivas (BAHKTIN, 2011) dos e das indígenas, e essas respostas compõem as posturas sociolinguísticas, que queremos discutir neste artigo.

A Sociolinguística precisa estar atenta à autodeterminação dos povos, à custa de apenas repetir padrões coloniais. O objetivo deste artigo é discutir as posturas sociolinguísticas do Povo Tapuia do Carretão diante da imagem de controle imposta a elas e eles, viabilizando o debate da decolonização da Sociolinguística. Para tanto,

propomos-nos discutir como os e as Tapuia⁴ afirmam sua identidade linguística indígena decolonizando o saber científico linguístico eurocentrado.

1. Povo Tapuia – sua história, seus enfrentamentos

O Povo Tapuia do Carretão é um povo indígena, que vive no estado de Goiás, entre os atuais municípios de Rubiataba e de Nova América. Hoje na Terra Indígena Carretão, demarcada após longos anos de disputa judicial, vivem aproximadamente 200 pessoas. Os e as Tapuia têm uma complexa origem sócio-histórico-cultural e linguística que remonta ao Aldeamento Pedro III ou Carretão, fundado em 1788, que tinha por objetivo “pacificar os Xavante”, que, retirados da região dos campos do Rio das Mortes (RIBEIRO, 1996), foram levados para o Carretão. Da mesma forma e com o mesmo objetivo, foram levados para o Aldeamento outros povos: Xerente, Kaiapó e Karajá, além de negros “fujões” – negros escravizados que haviam fugido das fazendas do sistema escravocrata brasileiro – da região de Pilar de Goiás. No contexto violento de imposição linguística e cultural, a imposição da língua portuguesa, amparada pelos decretos de Marquês de Pombal, é um dos principais exemplos de como apagaram-se determinadas práticas linguísticas e culturais dos indígenas e negros durante a vigência do Aldeamento (REZENDE, 2013).

Em meados do século XIX, o Estado brasileiro abandona o Aldeamento e somente em 1948 aparece um novo registro legal sobre as terras do Carretão. Importante salientar que mesmo com a ausência estatal, permaneceram na terra remanescentes Xavante, Kaiapó, negros e brancos. A data de 1948 é referência à concessão das terras devolutas do antigo aldeamento Carretão aos “descendentes de índios Xavantes” (SILVA, 2002), que viviam naquelas terras há mais de um século e meio, sob a gestão do governador interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira.

Entretanto, o desrespeito à lei e, antes disso, aos e às Tapuia, culminou em diversas invasões de suas terras, e os argumentos usados como justificativa para o esbulho das terras eram exatamente os questionamentos acerca da identidade indígena desses. Na década de 1970, o Povo Tapuia estava oprimido por grandes fazendeiros e posseiros, que ameaçavam tomar-lhes o pequeno pedaço de terra que lhes havia sobrado. Nesse contexto de violência as e os Tapuia vão em busca da proteção da Fundação Nacional do Índio

⁴ Segue-se neste trabalho, na referência e nomeação dos povos indígenas, as orientações da Associação Brasileira de Antropologia de iniciar os etnônimos sempre com letras maiúscula e de não pluralizá-los.

(FUNAI) (ALMEIDA, 2003), que passa a fazer as pesquisas sobre as origens do povo, com estudos antropológicos, que atestassem seu direito a estar naquelas terras, que *comprovassem* a identidade indígena, principalmente para aqueles que estavam invadindo a sua terra.

O processo jurídico caminhou por aproximadamente vinte anos, até que, em 1999, parte da Terra Indígena do Carretão foi homologada como terra do Povo Tapuia. Houve a extrusão dos posseiros, mas alguns dos grandes fazendeiros da região seguem com terras intactas. Essas terras pertenciam ao Aldeamento Carretão e, conseqüentemente, deveriam ser homologadas como Terra Indígena do Povo Tapuia (MACHADO, 2016).

No ano de 2004 foi fundada a Escola Estadual Indígena Cacique José Borges (EEICJB) na Terra Indígena Carretão (AZARIAS, 2008). A escola é um espaço de debate sobre a identidade linguística Tapuia, entretanto, esse não é um espaço somente Tapuia. Três anos após a fundação da EEICJB, a Universidade Federal de Goiás (UFG) funda o Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena (NTFSI), que oferece a licenciatura em Educação Intercultural (EI). Nesse ano, 2007, um grupo de professores e professoras da EEICJB entra nesse curso, sendo os representantes do Povo da Tapuia na primeira turma.

No ano de 2012, foi iniciado o Curso de Especialização em Gestão Escolar: Projeto Político Pedagógico (PPP) no NTFSI, do qual os professores e professoras Tapuia formados em EI participaram. O objetivo desse curso de especialização era contribuir com a formação dos e das docentes no aspecto político e burocrático das escolas indígenas: a elaboração dos PPP. O trabalho final do curso era a elaboração de um PPP, que aprovado pela comunidade, correspondesse às demandas comunitárias e sob os princípios de *interculturalidade, transdisciplinaridade e bilinguismo*.

2. Povo Tapuia – sua existência, sua resistência

Quando no início da década de 1980 a FUNAI vai ao Carretão buscar o reconhecimento da “etnogênese” do Povo Tapuia, a antropóloga Rita Heloisa Almeida, faz entrevistas com os e as Tapuia e também com os fazendeiros e posseiros que estavam na terra dos e das Tapuia. Essas entrevistas foram publicadas em 2003 no livro *Aldeamento do Carretão segundo seus herdeiros Tapuios – conversas gravadas em 1980 e 1983*. Nesse material, é possível identificar a *imagem de controle* que os fazendeiros e posseiros impõem aos e às Tapuia.

Com base no livro de Almeida (2003), percebemos que a imposição de imagens de controle do ser indígena impostas ao Povo Tapuia pelos fazendeiros que tomaram suas terras ao longo do último século: *linguagem - fenótipo*⁵ e *língua* (deveriam ter um fenótipo “de *pele vermelha e olho puxado*, e uma língua incompreensível à língua-padrão colonial/nacional” à custa de não serem reconhecidos como indígenas); *a necessidade de permanente tutela da FUNAI* (negação da identidade por nem sempre terem sido tutelados); e *a falta de disposição para o trabalho exploratório com a terra* (o que lhes tiraria o direito sobre a mesma).

Neste artigo, discutimos a imposição da língua indígena como imagem de controle sobre o Povo Tapuia, como mecanismo de negação de sua identidade indígena. O Povo Tapuia é falante de português e, por isso (por causa da imposição violenta da língua padrão colonial-nacional, desde a época do Aldeamento), lhes é negado o direito de *serem* indígenas, na perspectiva dos que impõem a língua como imagem de controle sobre os e as Tapuia.

O Povo Tapuia, em consequência de seus próprios processos histórico-sociais, não correspondem a essa imagem de controle nem à do índio idealizado para a nação brasileira. Mesmo com toda essa negação do direito de *ser* indígena e de *ter* terra, eles sobrevivem e mantêm a luta por uma afirmação identitária para além dos padrões impostos a eles e elas, respondendo a essas imposições. A própria demanda pela terra vencida judicialmente é prova dessa luta e desses caminhos emancipatórios construídos pelos e pelas Tapuia. A seguir, discutimos as formas como elas e eles respondem à imagem de controle imposta.

Metodologicamente, separamos três tempos em que entendemos que a imagem de controle foi exposta e/ou imposta às e aos Tapuia. Esses três tempos foram: a) o período das pesquisas iniciais da FUNAI em 1980 e 1983, nas entrevistas realizadas com os mais velhos e mais velhas da comunidade; b) nas respostas dadas à pesquisa sociolinguística, coordenada por Braggio (1992); e c) no período da formação da licenciatura em Educação Intercultural e da Especialização em Gestão Escolar: Projeto Político Pedagógico, na Universidade Federal de Goiás (UFG), entre 2007 e 2014. Nesses três períodos, a língua, como uma imagem de controle, foi apresentada como necessária para a aceitação da identidade indígena deles pelo padrão nacional-colonial.

⁵ Entendemos fenótipo como linguagem, pois traços e adornos geram significado, comunicam.

Especificamente para este artigo vamos abordar de forma detalhada dois dos textos da produção intelectual do Povo Tapuia, trabalhos do período de formação na UFG. O primeiro é um Projeto Extraescolar (PEE), que são projetos desenvolvidos ao longo de toda a graduação e culminam no projeto final do curso, requisito para a obtenção do título de licenciado/a; o segundo é o trabalho final da Especialização em Gestão Escolar: Projeto Político Pedagógico (da qual participaram as professoras e professores Tapuia formados em 2011 e 2012 em EI), que era a elaboração de um PPP que atendesse às demandas do povo, este foi finalizado em 2014.

Antes, entretanto, apresentamos um resumo das posturas sociolinguísticas decoloniais do Povo Tapuia do Carretão dos tempos anteriores à formação na UFG, quando também houve exposição da imagem de controle para elas e eles.

Adotamos na interpretação dos textos e contextos desses três períodos a perspectiva de Geertz (2008) de que cultura é texto, rede de significados e que pode ser interpretada como tal, como textos complexos (tecidos juntos) para des/re/construir significados.

Para conceituar postura sociolinguística nos baseamos na percepção de *postura política* como posicionamentos e estratégias de embate político, coletivos, de determinado grupo sobre assuntos de interesse deste, ou seja, postura política entendida como práxis, como *prática não-alienada* (PETROVIC, 2001 [1983]).

Com base nas discussões de Freire (1983 [1965]; 2014 [1967]) e Fanon (2005 [1961]), elaboramos o conceito de *postura sociolinguística* da seguinte maneira:

Com base nos pressupostos apresentados, para nós, então, *postura política*, como práxis, é *ação-reflexão coletiva, consciente*. [...] Entendemos *posturas sociolinguísticas* como posturas políticas (posicionamentos e estratégias de embate político), coletivas, conscientes de uma ação-reflexão, com relação [...] à(s) língua(s) e/ou às prática(s) linguística(s) de determinados grupos (MACHADO, 2016, p.38).

A elaboração e a manutenção da imagem de controle fazem parte do projeto colonial/nacional, e as posturas coletivas em defesa e manutenção dessa imagem, podem ser posturas sociolinguísticas, mas serão coloniais, a serviço da colonialidade do poder, do saber, do ser, da linguagem. Por isso, é importante reafirmar que as posturas sociolinguísticas que desnaturalizam a imagem de controle serão em si decoloniais, pois contribuem para a desconstrução dos projetos coloniais e constroem novas possibilidades de poder, ser e saber língua(s).

A seguir, apresentamos nossa discussão acerca das posturas sociolinguísticas decoloniais do Povo Tapuia em resposta (oposição/resistência) à imagem de controle. Começamos com um resumo das posturas dos outros dois tempos anteriores à formação das professoras e dos professores Tapuia na Universidade Federal de Goiás, a partir de 2007. O primeiro tempo é no início da década de 1980, quando, no Carretão, as mais velhas e os mais velhos da comunidade foram entrevistados. E o segundo, uma pesquisa linguística, coordenada por Braggio, com os povos indígenas de Goiás e Tocantins, em 1992.

2.1. Posturas sociolinguísticas decoloniais iniciais

Do primeiro período, das entrevistas realizadas pela antropóloga Rita Heloísa de Almeida (2003) apresentamos como postura sociolinguística das mais velhas e dos mais velhos da comunidade, a postura de relacionar a língua indígena aos seus ancestrais como forma de afirmar sua origem indígena: o argumento da ancestralidade, que em nenhum momento isso é visto como negativo, pelo contrário, o fato dos ancestrais falarem línguas indígenas é suficiente para afirmar suas origens indígenas. Assim, elas e eles resistem à imagem de controle e constroem uma desnaturalização da imposição colonial/nacional.

Eles e elas afirmam sua indianidade pela ancestralidade, prescindindo da língua. Nesse tempo, quando expostos à imagem de controle, passam a afirmar sua origem indígena pela língua dos e das ancestrais, mostrando como a relação com a FUNAI foi criando a necessidade da língua indígena e o vínculo entre identidade e linguagem. Com isso, desnaturalizam a imagem de controle no que se refere a línguas *para* indígenas.

No segundo período é quando ocorre a pesquisa coordenada pela professora Silvia L. B. Braggio (1992), realizada através de questionários, cujos resultados estão publicados na revista do Museu Antropológico da UFG, com o título de *Situação sociolinguística dos povos indígenas do estado de Goiás e Tocantins: subsídios educacionais*, que, conforme prevê o título, trouxe impactos para as políticas linguísticas e educacionais para sete povos indígenas de Goiás e Tocantins.

As primeiras perguntas do questionário são sobre alfabetização em Português, mas quando a pesquisadora vai tratar de atitude linguística ela dá a opção de uma língua Tapuia, assim descrita: “Nas questões de preferência linguística, deu-se aos informantes a possibilidade de incluir o ‘Tapuia’ no seu repertório linguístico.” (p. 22). Esta opção de resposta, entendemos como uma proposta do próprio povo, pois não há referência anterior

a isso no artigo, e essa será uma das novas posturas sociolinguísticas levantadas pelas professoras e professores no futuro, além do fato de que a maioria dos entrevistados e entrevistadas aceitar a pergunta e afirmar essa língua Tapuia.

Nos resultados da pesquisa referida, o Tapuia foi considerado como língua mais bonita pelas mulheres 45% das vezes e pelos homens 21%. Português e Tapuia são consideradas ambas bonitas por 28% dos homens entrevistados e 27% das mulheres entrevistadas. Entretanto, na análise das tabelas sobre preferência linguística, a pesquisadora afirma: “podemos observar que, embora *não falem ‘Tapuia’* [...]” (p. 23, grifo nosso). Essa negação da língua, mesmo sendo afirmada pelos e pelas falantes, é uma constatação da imagem de controle, uma evidência da relação entre identidade indígena e “uma língua diferente da língua-padrão colonial/nacional”.

Essa atitude de negação de “não falarem Tapuia” contribui com a argumentação de que provavelmente foi uma demanda da comunidade a inclusão da língua Tapuia no questionário. Sobre preferência linguística, ao serem questionados qual língua “é melhor para uma pessoa falar, Tapuia ou Português?”, entre os homens, 8% responderam Tapuia e 57% responderam ambas; e, entre as mulheres, 9,5% responderam Tapuia e 81% ambas, ou seja, a afirmação da língua Tapuia aparece entre os homens em 65% dos questionários e entre as mulheres em 90,5%.

Entre esses e essas Tapuia pesquisados/as, que foram 20% da comunidade, nos anos de 1991 e 1992, aparece com força coletiva uma afirmação linguística própria, específica, diferente da expectativa da pesquisadora e próxima (mas com traços diferentes) da afirmada pelas mais velhas e pelos mais velhos nas primeiras pesquisas antropológicas.

A postura sociolinguística dos e das Tapuia que responderam a este questionário foi afirmar a língua Tapuia, diferente das línguas indígenas do Aldeamento e diferente do português, língua oficial brasileira. Estas foram respondidas no contínuo das enunciações da pesquisa, que naturalizava (provavelmente de maneira inconsciente) uma imagem de controle (pois imposta colonialmente há séculos), da identidade indígena ligada à uma língua considerada indígena.

2.2. Posturas sociolinguísticas decoloniais na produção intelectual do Povo Tapuia

A partir de agora apresentamos parte das posturas sociolinguísticas decoloniais desenvolvidas nas produções intelectuais dos e das Tapuia, expressas em dois textos de

cunho escolar: o Projeto Extraescolar (PEE) da professora Eunice da Rocha Moraes Rodrigues, e o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Indígena Cacique José Borges, desenvolvido em 2014 e ainda não efetivado. Esses documentos nos foram disponibilizados pelo Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena (NTFSI) da UFG, com autorização do Povo Tapuia e da escola.

O Projeto Extraescolar (PEE) de Eunice da Rocha Moraes Rodrigues, que tem como título *Processo Sócio-histórico de formação do Português Tapuia* (2011), é o primeiro trabalho, dos que foram defendidos pelos/as Tapuia na UFG, que apresenta e descreve outra postura sociolinguística. Esta representa a postura dos mais velhos e das mais velhas, e fundamenta uma nova estratégia que repensa a identidade, a língua e o Povo Tapuia, desestabilizando a imagem de controle e contribuindo com os debates e a elaboração dos trabalhos seguintes das professoras e professores Tapuia, sendo, dessa forma, uma postura coletiva.

No começo de sua discussão, apresentando a questão linguística, Rodrigues (2011) declara que a sociedade nacional “cobra dos Tapuia a existência de uma língua indígena” e que, a “exigência de uma língua indígena para a confirmação da identidade indígena dos Tapuia ocorre também entre outros povos indígenas. Por isso, a identidade Tapuia está sempre sendo questionada e sempre sendo colocada sob suspeição” (RODRIGUES, 2011, p.1). Entendemos que essa exigência externa à comunidade do Carretão é uma manifestação da imagem de controle de que estamos tratando.

A partir dessa cobrança, Rodrigues pergunta: “a língua é o único fator de identificação de um povo? Se não tem língua indígena, então, não pode ser índio? Por quê? O português que nós Tapuia falamos não é uma língua indígena? Por quê?” (2011, p.2), Essas questões vão sendo desconstruídas ao longo de sua pesquisa.

Rodrigues (2011) apresenta dados que mostram a existência do português como língua do Aldeamento desde o começo. Ela não rejeita a possibilidade da ocorrência de frases e expressões das línguas dos povos que foram levados para o Aldeamento, entretanto, encontra na legislação a proibição do uso dessas línguas

as medidas reformistas do Marquês de Pombal, a partir de meados do século XVIII, incluíam [...] a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa ao lado da proibição do uso de qualquer outra língua. O alvará de 3 de maio de 1757, que teve vigência em todo o Brasil Colônia, a partir de 1758, proibia terminantemente o uso das línguas brasílicas. [...] No Carretão, podem ter circulado algumas palavras e expressões de origem indígena, mas, ao que tudo indica, não houve uso efetivo e interacional em língua indígena. Tais palavras e expressões podem ser apenas resíduos das línguas

pretéritas incorporadas a português ou, ainda, empréstimos deixados pelos visitantes. (RODRIGUES, 2011, p.9-11)

Partindo desses dados, presentes nas diferentes referências sobre o Povo Tapuia e em suas pesquisas entre os anciãos e anciãs do Povo, Rodrigues (2011) defende que a língua dos e das Tapuia sempre foi o Português, mas um Português diferente da língua do resto do país ou da região, um *Português Tapuia*

Apesar disso, deve-se considerar que diferentes povos em contato significam línguas em contato, banhando-se uma a outra e uma na outra; e que não se perde totalmente a língua materna, nem por decreto nem por ações políticas ou administrativas. Por isso, é seguro afirmar que, mesmo com as misturas que houve no Carretão e com o violento e eficiente processo de “civilização” dos indígenas no Aldeamento, deve ter ficado para os Tapuia como herança de seus antepassados algumas reminiscências das línguas pretéritas.

As reminiscências do passado conferem ao português, ainda hoje falado pelos Tapuia, um colorido e uma melodia especiais, tornando-o um português matizado pelas línguas indígenas, mesmo que elas sejam apenas línguas reminiscentes (cf. DUNK-CINTRA, 2005; 2008) ou línguas de longínquas e quase silenciadas lembranças (cf. SANTANA, 2012). Tudo isso faz desse português um *Português Tapuia*, portanto, uma língua indígena, a língua dos indígenas Tapuia (RODRIGUES, 2011, p.12-13).

Ao apresentar e defender o Português Tapuia, apresenta-o como língua indígena, em seguida mostra um quadro com palavras e expressões específicas do Português Tapuia, que será ampliado em outro PEE, trabalho de SILVA (2012). O que marcamos como a postura sociolinguística decolonial deste trabalho é: a afirmação da especificidade da língua, como é a do povo, “o Povo Tapuia é *Tapuia*, isto é, formado por negros, brancos, Karajá, Xavante, e Caiapó. Da mesma forma, o Português Tapuia é uma língua *Tapuia*.” (RODRIGUES, 2011, p.13).

Ela encerra seu trabalho apresentando uma contundente defesa de seus pontos discutidos e defendidos, esta defesa pode ser entendida como uma desnaturalização da imagem de controle e demonstra uma ampla compreensão e questionamento da colonialidade, ainda atuante no tempo presente ao se exigir outra língua para os e as Tapuia

devemos ter em mente e defender que a língua não é nem deve ser vista como o único fator de identificação de um povo. Em segundo lugar, um povo que perdeu sua língua materna não pode ser penalizado por isso, porque não é responsável por isso. A sociedade que cobra, exige e condena é a mesma que lhe negou o direito à língua nativa de seu povo. [...]

O Povo Tapuia do Carretão é reconhecido como indígena, é e se sente indígena, com ou sem as características que compõem o estereótipo do ser indígena no Brasil. A língua materna desse povo indígena é o seu português étnico, constituído de uma estrutura gramatical e de uma base lexical românica, sem dúvida, mas

significativamente modificadas pelo colorido e pela melodia das línguas indígenas Macro-Jê faladas pelos povos indígenas que participaram da formação do Povo Tapuia. Trata-se do Português Tapuia. O Português Tapuia é uma língua indígena e é a língua materna dos Tapuia. Por isso, não tem sentido se pensar na revitalização de uma língua indígena para os Tapuia. [...]

Além do mais, a língua que os Tapuia sempre usaram em suas interações e para cumprir com suas necessidades comunicativas é o Português Tapuia. O Português Tapuia é totalmente matizado pelo colorido de todas as línguas identificadoras dos seus ancestrais. É justamente esse matizado que torna o Português dos Tapuia um Português Tapuia.

Assim, de acordo com a história de formação do Português Tapuia, podemos concluir que o Português Tapuia foi e é, historicamente, a língua materna dos Tapuia (RODRIGUES, 2011, p.14-15).

Relembrando as anteriores posturas sociolinguísticas de assumir a língua que se fala independente da imagem de controle, e associar a identidade à ancestralidade, entendemos que a postura defendida por Rodrigues (2011) já estava embrionada desde o tempo dos mais velhos e das mais velhas, ela somente foi potencializada na formação em Educação Intercultural.

A nova postura sociolinguística desse trabalho é declarar a língua que se fala como língua indígena. Essa é uma postura decolonial, pois desnaturaliza a imposição moderno-colonial e teórico-linguística de que a língua é que identifica o povo, ao mesmo tempo em que reconhece a potência política do próprio povo. Esse posicionamento pode ser percebido nos resultados da pesquisa coordenada por Braggio (1992), embora esteja sufocado pela interpretação da língua como imagem de controle.

Os PEE posteriores relativos à questão linguística tratam dessa nova postura, assumindo o Português Tapuia como sua língua, portanto língua indígena. Enfrentando a imagem de controle da relação entre língua e identidade, as autoras e o autor discutem atitude linguística (LIMA, 2012), constituição do léxico Tapuia (SILVA, 2012) e práticas escritas na comunidade do Carretão (VIEIRA, 2012).

Essas posturas sociolinguísticas decoloniais foram mais detalhadamente levadas ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Indígena Cacique José Borges (EEICJB), que apresentou uma potente discussão decolonial. O PPP de 2014 (GOIÁS, 2014), elaborado pelos professores e pelas professoras Tapuia apresenta uma densa discussão da questão linguística, e traz a postura sociolinguística dos PEE, que é descendente da postura sociolinguística das mais velhas e dos mais velhos Tapuia.

Já na apresentação do PPP (GOIÁS, 2014) encontramos o debate sobre a questão linguística desde o Aldeamento, “dada a política de imposição da língua e da cultura do colonizador aos aldeados, ocorria nos aldeamentos, em geral, a perda sumária das línguas

indígenas e das práticas culturais indígenas” (GOIÁS, 2014, p.7). O texto mostra que mesmo com as políticas de apagamento identitário do Aldeamento (das quais se esperava a desvinculação com o ser indígena para lhes tirar o reconhecimento e os direitos indígenas) a autoafirmação de ser indígena sempre permaneceu no Povo Tapuia. E que o Povo passa por um processo de reforço da afirmação do seu “pertencimento à identidade indígena,” a partir do vínculo “histórico e mitológico com o aldeamento Carretão”.

Nesse PPP, observamos que a postura sociolinguística encontrada nos PEE é repetidamente afirmada, e sua defesa é iniciada na apresentação do texto

De acordo com as concepções e contextos apresentados, este projeto propõe o desenvolvimento de ações político-pedagógicas que visem ao fortalecimento de um programa de educação específica para a realidade Tapuia, ancorado nos eixos da *diversidade* e da *sustentabilidade*, com respeito, reconhecimento, valorização e dignificação das diferenças; e nos princípios pedagógicos do *bilinguismo*, da *interculturalidade* e da *transdisciplinaridade*, respeitando a construção sócio-histórica da comunidade Tapuia e a formação sócio-histórico-cultural do Português Tapuia, entendido como a *língua materna* dos Tapuia, portanto, a *língua de ensino*, na escola da comunidade (GOIÁS, 2014, p.9).

O Português Tapuia é declarado como *língua materna* dos Tapuia e *língua de ensino* da escola, quer dizer, língua pela qual os conteúdos escolares são mediados, reafirmando a postura decolonial frente aos padrões pedagógicos euro-nacionais-centrados. Concomitantemente aos eixos que ancoram o projeto, o respeito à “construção sócio-histórica da comunidade Tapuia e à formação sócio-histórico-cultural do Português Tapuia” são fundamentais à construção de uma escola que afirme a identidade indígena Tapuia, como esperado e defendido pelas autoras e autores do PPP de 2014.

Ao discorrerem sobre os fundamentos teóricos e epistemológicos do projeto, abaixo mostramos a discussão sobre o bilinguismo. Nela os autores e autoras desenvolvem um debate decolonial sobre a questão epistemológica e apontam para a necessidade de “um projeto político de superação das consequências da ‘violência epistêmica’.” (GOIÁS, 2014, p.13), herdada da colonização

O bilinguismo, por sua vez, é o reconhecimento da igualdade entre as línguas e a importância da valorização da língua materna no ensino e na aprendizagem de cada povo. Concebendo a língua como uma forma de conhecimento e de visão de mundo, na língua do povo Tapuia, assim como em todas as línguas, está também a sua epistemologia. Dessa maneira, a emancipação epistemológica dos Tapuia passa pela valorização de sua língua materna, o Português Tapuia. É inegável que o português brasileiro é um capital cultural para todos os brasileiros, incluindo os povos indígenas e também os Tapuia. Assim, o ensino do português na Escola Estadual Indígena

Cacique José Borges é parte do projeto emancipatório da comunidade Tapuia, por ser também uma forma de empoderamento do Povo Tapuia.

Ressalta-se, porém, que o português brasileiro, concebido como língua de relações interculturais, não se sobrepõe ao Português Tapuia nem na escola nem em nenhuma outra esfera ou situação de práticas linguísticas. Enfim, seguindo as propostas de educação intercultural bilíngue no Brasil, consideramos o Português Tapuia como a língua de ensino, por meio da qual o conhecimento é construído, e o português brasileiro, disciplina do currículo escolar, é a língua ensinada na escola para fins específicos (GOIÁS, 2014, p. 14-15).

O mito do monolinguismo sobre a educação escolar Tapuia impõe que a língua portuguesa seja a língua por meio da qual o conhecimento seja construído e ensinado, mas as autoras e os autores Tapuia invertem essa característica, apresentando a língua portuguesa apenas como disciplina e não como língua de ensino. Demonstram assim, mais uma vez, o caráter decolonial de suas posturas sociolinguísticas apresentadas nesse documento.

Deste ponto em diante no texto observamos um novo conflito, não mais entre línguas indígenas dos povos formadores do Aldeamento e Português Tapuia, mas entre Português Tapuia e língua portuguesa. Esse conflito é citado muitas vezes no texto, o que demonstra mais uma característica da imagem de controle relacionada à língua: o monolinguismo em português (o uso da língua portuguesa como única) é imposto também aos indígenas, mesmo eles tendo Outro português como língua materna.

Percebemos que nesse documento está refletida outra postura sociolinguística, baseada nas outras posturas anteriores, e que é coletiva, consciente e em posição responsiva à língua como imagem de controle. Essa postura sociolinguística se configura como: o Português Tapuia é diferente da língua portuguesa e não é o português brasileiro, e, como tal, tem ser respeitada e valorizada, por se tratar de um patrimônio cultural e imaterial do Povo Tapuia. E, negá-la é manter a colonialidade.

A decisão do Povo (relembrando que todo o documento precisou ser aprovado pela comunidade para ser aceito pelo NTFISI) é de que o ensino de Português Tapuia é direito. Direito esse garantido pela legislação vigente, sendo assim, nem o português brasileiro nem a disciplina escolar Língua Portuguesa poderá invisibilizar a língua materna do Povo Tapuia, mesmo representando o padrão de prestígio dentro e fora da comunidade, e sendo um direito para promoção de suas demandas fora do Carretão. Vemos abaixo a conclusão decolonial sobre esse conflito

A língua portuguesa, uma das línguas oficiais do Brasil (ao lado da Libras, desde 2002), e também a disciplina escolar, nada mais é do que um pressuposto gramatical

histórico e ideológico; um conjunto de regras idealizadas, as quais os brasileiros devem dominar plenamente, através do letramento escolar.

Essa concepção de língua portuguesa amplamente difundida no Brasil é uma poderosa estratégia de exclusão de uma parcela importante de brasileiros. Por isso, neste projeto, defende-se para a escola Tapuia o ensino do português brasileiro, concebido como a língua dominante forjada, por sua vez, sob a dominação da língua portuguesa da colonização, e como a língua das *relações interculturais*, da escrita escolar e da escrita formal de gêneros oficiais praticados pela comunidade, principalmente pelas lideranças. [...]

O ensino de português na escola, portanto, objetiva promover a apropriação das estratégias de construção de sentido no português brasileiro escrito e falado e das práticas linguísticas específicas a diferentes esferas e funções de uso do português brasileiro, sem deslocamento ou inferiorização do Português Tapuia, reconhecendo e situando o povo Tapuia e o Português Tapuia na relação com a sociedade nacional e com o português brasileiro, língua oficializada pelas práticas socioculturais históricas e a Língua Portuguesa, língua da colonização, ideal linguístico e disciplina da escola brasileira (GOIÁS, 2014, p. 54-56).

A discussão da questão linguística é encerrada valorizando o Português Tapuia e posicionando a língua portuguesa/o português brasileiro no seu lugar da colonialidade. Ao chegarmos aqui, finalizamos esse tópico lembrando as posturas sociolinguísticas decoloniais do Povo Tapuia: retomando a identidade indígena linguística através da ancestralidade; afirmando o português que falam como língua e como língua indígena (pois seus falantes o são), o Português Tapuia; e afirmando a diferença entre Português Tapuia do português brasileiro (e suas possíveis variedades).

Considerações finais

Ao chegarmos ao fim deste artigo, retomamos o que propomos na introdução, que é repensar a ciência que fazemos. É urgente decolonizar o fazer científico e a linguagem que o constitui e divulga, sempre tendo em conta as autodeterminações dos povos, com os quais nos propomos a construir conhecimento. Dessa forma, a Sociolinguística que propomos fazer, com povos subalternizados, poderá partir de conceitos dos Suis?

Consideramos que as vozes que silenciam e impõem às e aos Tapuia uma imagem de controle que os desloquem de suas vivências, seguem uma lógica colonizadora, uma lógica de manutenção da colonialidade, que tanto violentou e ainda violenta os povos subalternizados. As pesquisas científicas que não escutam as e os Tapuia e não os deixam ser as autoras e os autores (e as atrizes e os atores) de sua trajetória em sua terra e fora dela são projetos de cunho colonizador e reproduzidor de epistemologias da colonialidade.

O Povo Tapuia tem como posturas sociolinguísticas a afirmação de sua identidade indígena pela ancestralidade e pelo pertencimento à terra, o Carretão; a afirmação de sua língua materna como o Português Tapuia; o Português Tapuia como língua indígena, pois

é *língua de* indígenas; e, o Português Tapuia como língua diferente do português brasileiro e suas variedades, como *língua dos* Tapuia. Essas posturas sociolinguísticas decoloniais são parte de um processo de luta por vida e autodeterminação na Terra Indígena do Carretão.

O professor Márcio Tapuia, em um dos debates para elaboração do PPP de 2014 afirmou: “Ser Tapuia é ser construtor do ser Tapuia”, e nós nos propomos com este artigo a reafirmar a importância deste saber e, se possível, colaborar com a divulgação das elaborações e da autodeterminação do Povo Tapuia.

Referências

ALMEIDA, Rita Heloisa de. *Aldeamento do Carretão segundo seus herdeiros Tapuios: conversas gravadas em 1980 e 1983*. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2003.

AZARIAS, I. B. R. *Entre o silêncio e o grito: a esperança e a luta continua*. Rio de Janeiro: Deescubra, 2008.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (Trad. de Michel Lahud & Yara Franteschi Vieira). 13ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

_____. *Estética da criação verbal* (Trad. de Paulo Bezerra). 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. (Trad. de Floriano de Souza Fernandes). 36ª ed. Petrópolis: Vozes: 2014.

BRAGGIO, Silvia L. B. *Situação sociolinguística dos povos indígenas do Estado de Goiás e Tocantins: subsídios educacionais*. In: Revista do Museu Antropológico UFG. Goiânia. v.1 n.1. jan/dez.1992. p.1-61.

CALVET, L. J. *Sociolinguística – uma introdução crítica*. São Paulo. Parábola: 2012.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the*

politics of empowerment. 2nd ed. New York: Routledge, 2000.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. [1961]. (Trad. de Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática para a liberdade*. [1965]. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1983.

_____. *Pedagogia do oprimido*. [1967]. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra: 57ªed. 2014.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. 1ª ed. 13ª reeimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. Subsecretaria Regional de Educação de Rubiataba. Escola Estadual Indígena Cacique José Borges. *Projeto Político Pedagógico – proposta de educação intercultural emancipatória*. Carretão - Rubiataba/Nova América, 2014.

HANKS, William F. *Língua como prática social – das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Maria Aparecida Ferraz de. *As atitudes linguísticas dos tapuia em relação - A sua situação sociolinguística*. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Educação Intercultural, Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, Universidade Federal de Goiás, 2012.

MACHADO, Ana Elizabete Barreira. *Posturas sociolinguísticas decoloniais do Povo Tapuia do Carretão*. Orientadora Prof.^a Dr.^a Tânia Ferreira Rezende. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, 2016.

PETROVIC, G. Práxis. In: BOTTOMORE, T. (ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. In: *Perú Indígena*. vol.13, nº 29. Lima: Instituto Indigenista, 1992. p.11-20.

_____. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P [orgs.]. *Epistemologias do Sul*. 1ª Ed. 2ª Reimp. São Paulo: Cortez, 2010. p.84-130.

REZENDE, Tânia Ferreira. *Políticas linguísticas sustentadoras das práticas identitárias indígenas dos Tapuia de Goiás*. Apresentação de Trabalho. Congresso Internacional da ABRALIN. Natal, 2013.

RODRIGUES, Eunice da Rocha Moraes. *Processo sócio-histórico de formação do Português Tapuia*. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Educação Intercultural, Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, Universidade Federal de Goiás, 2011.

SILVA, Cristhian Teófilo da. *Borges, Belino e Bento – a fala ritual entre os Tapuios de Goiás*. São Paulo: Annablume, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O currículo como fetiche*. 1ª ed. 4ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SILVA, Adriana Rosário da. *Constituição Étnico-cultural do Léxico Tapuia*. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Educação Intercultural, Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, Universidade Federal de Goiás, 2012.

VIEIRA, Luís Antônio. *Práticas escritas interculturais na comunidade Tapuia do Carretão – GO*. Trabalho de Conclusão de Curso, Licenciatura em Educação Intercultural, Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, Universidade Federal de Goiás, 2012.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e reviver. In: *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. CANDAU, V. M. (Org). Rio de Janeiro: 7 Letras. 2009. p.12-42.